

*Frederico Augusto
Fonseca dos Santos*

**DEFENSORIA
PÚBLICA
ESTADUAL
NOS *HABEAS*
CORPUS NO
SUPERIOR
TRIBUNAL
DE JUSTIÇA**

Defesa Técnica
e Acesso à Justiça

EDITORA LUMEN JURIS
RIO DE JANEIRO
2024

Todos os direitos desta edição reservados à editora Lumen Juris
Copyright © 2024 by Frederico Augusto Fonseca dos Santos
Categoria: Acesso à Justiça

Editor: João Luiz da Silva Almeida
Produção editorial: Angel Cabeza
Assistente editorial: Thiago Duarte
Designer editorial: Rebecca Ramos e Thassiel Melo
Diagramação: Rômulo Lentini
Gerente administrativo-financeiro: Carla Sampaio
Financeiro: Juliano de Oliveira
Assistente financeiro: Jefferson Badaró
Gerente comercial e logística: Arlei Rocha
Comercial e relacionamento: Cristiano Mabilia
Eventos: Arianna Pacheco
E-Commerce e atendimento: Maxwell de Souza

A editora Lumen Juris Ltda. não se responsabiliza
pelas opiniões emitidas nesta obra por seu Autor.

É proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo, inclusive quanto às características gráficas e/ou editoriais. A violação de direitos autorais constitui crime (Código Penal, art. 184 e §§, e Lei nº 6.895, de 17/12/1980), sujeito à busca e apreensão e indenizações diversas (Lei nº 9.610/98).

Impresso no Brasil | *Printed in Brazil*

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

S237d

Santos, Frederico Augusto Fonseca dos
Defensoria Pública Estadual no habeas corpus no Superior Tribunal de Justiça : defesa
técnica e acesso à justiça / Frederico Augusto Fonseca dos Santos. 1. ed. – Rio de Janeiro
: Lumen Juris, 2024.
200 p. ; 23 cm.

Inclui bibliografia.

ISBN 978-85-519-3061-8

1. Defensoria Pública Estadual. 2. Defesa técnica. 3. Acesso à justiça. 4. Jurisprudência
defensiva. 5. Superior Tribunal de Justiça (STJ). 6. Habeas corpus. 7. Vulnerabilidade. I. Título.

CDD 347.81017

Ficha catalográfica elaborada por Ellen Tuzi CRB-7: 6927

Editora Lumen Juris
Rua Newton Prado, 43, São Cristóvão, Rio de Janeiro/RJ
CEP: 20930-445
Telefone: (21) 2580-7178 | atendimento@lumenjuris.com.br

Sumário

Introdução	1
Capítulo 1 – Acesso à Justiça	7
1.1 Conceito.....	7
1.1.1 Contexto Histórico	7
1.1.2 Contexto Histórico Brasileiro	13
1.1.3 Acesso à Justiça e sua Atual Compreensão	21
1.1.4 Novo Movimento Universal de Acesso à Justiça (<i>Global Access to Justice Project</i>).....	35
1.2 Direito de Petição, <i>Habeas Corpus</i> e Defesa Técnica.....	37
1.3 Conclusões Parciais	43
Capítulo 2 – A Atuação da Defensoria Pública no Acesso à Justiça nos <i>Habeas Corpus</i>	45
2.1 Defensoria como Instrumento de Acesso à Justiça	45
2.1.1 Fortalecimento Institucional da Defensoria Pública da União e dos Estados.....	45
2.1.2 Atuação da Defensoria Pública Estadual no STJ.....	51
2.1.3 Posicionamentos do Superior Tribunal de Justiça sobre a Atuação da Defensoria Pública Estadual na Corte.....	55
2.1.4 O Acordo de Cooperação para Tratamento de Cartas de Presos – STJ e DPU.....	60
2.1.5 Grupo de Atuação Estratégica das Defensorias Públicas Estaduais nos Tribunais Superiores – GAETS.....	62
2.1.6 Atuação do GAETS no Superior Tribunal de Justiça	64

2.2 Vulnerabilidade Processual e Defensoria Pública	67
2.2.1 Conceito de Vulnerabilidade e suas Formas.....	67
2.2.2 Vulnerabilidade por Insuficiência Econômica.....	69
2.2.3 Vulnerabilidade por Óbices Geográficos	73
2.2.4 Vulnerabilidade por Falta de Instrução	74
2.2.5 Vulnerabilidade por Dificuldade na Técnica Jurídica.....	77
2.3 Conclusões Parciais	79
Capítulo 3 – Superior Tribunal de Justiça, o Julgamento de	
<i>Habeas Corpus</i> e o Papel da Defensoria Pública Estadual.....	81
3.1 Poder Judiciário e a Jurisprudência Defensiva	81
3.2 Crise do Supremo Tribunal Federal e	
Criação do Superior Tribunal de Justiça.....	88
3.3 A Realidade Atual do Superior Tribunal de Justiça.....	91
3.3.1 Possíveis Causas do Aumento das	
Impetrações de Habeas Corpus no STJ.....	96
3.4 O Desenho do Julgamento do <i>Habeas Corpus</i> no STJ	104
3.4.1 Competência da Presidência para Apreciar <i>Habeas Corpus</i>	107
3.4.2 Súmula n. 691/STF no Superior Tribunal de Justiça,	
Defesa Técnica e Ônus Argumentativo.....	114
3.5 A Atuação da Defensoria Pública Estadual na	
Defesa Técnica nos <i>Habeas Corpus</i> no STJ	122
3.5.1 Utilização do Distinguishing para Superação	
da Jurisprudência Defensiva	122
3.5.2 Percentual de Atuação e Taxa de	
Sucesso da Defensoria Pública Estadual	138

3.5.3 Habeas Corpus: Classificação dos Julgados das Turmas Criminais do STJ (5ª E 6ª Turmas).....	140
3.5.4 Habeas Corpus: Classificação dos Julgados pela Presidência....	146
3.5.5 Relevância da Defensoria Pública Estadual nos <i>Habeas Corpus</i> no STJ.....	148
3.6 Conclusões Parciais	152
Conclusão	155
Referências.....	163
Anexo Único - Proposta de Acordo de Cooperação Técnica entre o STJ e a Defensoria Pública da União, a Defensoria Pública dos Estados e a Defensoria Pública do Distrito Federal	177